

**“De proveito do serviço Nacional e Imperial”: a possibilidade de entrada de ex-escravos nas tropas do Exército durante a Guerra Cisplatina (1825-1828)**

Marcos Vinícios Luft<sup>1</sup>

Resumo: Os trabalhos mais recentes na área da história militar e em outras temáticas da história têm tratado da importância da participação de negros e ex-escravos no exército brasileiro nos períodos colonial e imperial, inspirados principalmente pela situação da Guerra do Paraguai, na qual o governo imperial comprou escravos para que estes servissem nas tropas que lutaram na Tríplice Aliança. O objetivo desse texto é contribuir com esses trabalhos, ao analisar a possibilidade de entrada de ex-escravos no exército imperial que combateu durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828).

Foi empreendida uma análise quantitativa e qualitativa dos pedidos de isenção do recrutamento na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, os quais estão guardados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Através da análise dos pedidos de isenção do recrutamento para as tropas de primeira e segunda linha do exército que iam lutar contra os rebeldes cisplatinos, verifica-se que a possibilidade de fornecer um substituto para lutar no lugar daquele que foi recrutado era um dos recursos mobilizados por setores sociais mais favorecidos para escapar do serviço militar. As pessoas que solicitavam a isenção tinham conhecimento dos mecanismos institucionais para alcançar seus objetivos, seja porque um dia serviram nas tropas ou porque tinham algum parente ou conhecido que servira e que sabia das formas de se escapar de servir, além de conhecidos que escaparam do recrutamento. Numa sociedade fortemente militarizada como era o Rio Grande de São Pedro desse período, praticamente todos tinham algum conhecimento das práticas que regiam o recrutamento para as tropas, sobretudo as Instruções de 1822 que eram as normas básicas para esse procedimento, as quais muitas vezes não eram cumpridas, sobretudo em tempos de guerra.

Analisando quem seria enviado no lugar dos suplicantes, verificou-se que a maioria desses substitutos eram compostos de escravos pardos, que poderiam, no contexto da guerra negociar alguma maneira de escapar do cativeiro. O serviço militar, especialmente nas milícias, que tinham companhias específicas para pretos e pardos, poderia servir como um dos poucos canais de ascensão social para que esses escravos, depois de libertos, pudessem melhorar de vida. Essas conclusões, porém, podem ser subestimadas, pois muitos acordos poderiam ser feitos ao nível local, informalmente, sem necessidade de se recorrer à presidência da província, que só seria acionada em casos extremos. Porém, foram estes casos extremos que nos chegaram para serem estudados.

Palavras-chave: Guerra Cisplatina – recrutamento militar - escravidão

Os trabalhos mais recentes na história militar têm dado relevância ao tema da entrada de ex-escravos no serviço do exército. Frequentemente focalizando no período da Guerra do Paraguai, por causa da política imperial de comprar escravos que iam lutar com as tropas do exército e pelo impacto que a guerra traz nos debates sobre a abolição da escravidão, também outros períodos temporais são abrangidos por esse tema. Destacam-se os trabalhos de Hednrik Kraay, que trabalha a participação de escravos na guerra de independência na Bahia<sup>2</sup> e afirma que durante os conflitos da independência e da Cisplatina houve uma maior participação de homens livres “de cor”.<sup>3</sup>

Já no contexto do Rio Grande do Sul, há os trabalhos que tratam do tema dos lanceiros negros na Guerra dos Farrapos, grupo de frente nas tropas republicanas composto de escravos; há também o trabalho de Paulo Moreira trata da questão do engajamento de ex-escravos no contexto da Guerra da Tríplice Aliança. Ele destaca, através da análise das cartas de alforria de escravos durante o período do conflito, que a maior parte dos cativos que foram libertados sob a condição de prestar serviço militar não foram comprados pelo Estado nem substituíram seus senhores, mas foram comprados por terceiros para substituí-los.<sup>4</sup>

Neste artigo, pretendo analisar, através dos pedidos de isenção do serviço militar, como ex-escravos poderiam ser engajados nas tropas do exército que lutaram na Guerra Cisplatina (1825-1828), no Rio Grande do Sul. Numa conjuntura de intensa mobilização de recursos materiais e humanos, não só os pobres eram alvos dos recrutadores, mas grupos sociais que tradicionalmente não seriam engajados, como negociantes, poderiam ser vítimas da caça aos recrutas. Estes grupos, contudo, teriam uma possibilidade de escapar do serviço, ao enviar substitutos para o serviço das armas, muitos deles escravos que seriam libertados para esse fim.

No período da Guerra Cisplatina, as normas que regiam o recrutamento de soldados para a primeira linha do exército eram as Instruções de 10 de julho de 1822. Com estas, o governo declarava sua intenção de proteger as pessoas que eram vistas como fundamentais ao bom andamento da sociedade e da economia. Eram sujeitos ao recrutamento forçado homens brancos e pardos livres, solteiros, entre 18 e 35 anos. Entre os grupos isentos de servir na primeira linha estavam: homens casados; o irmão mais velho de órfãos; um filho por lavrador, ou o filho único; o feitor ou administrador de fazenda de mais de seis escravos; tropeiros, boiadeiros e mestres de ofício, pescueiros e marinheiros; milicianos que já estivessem alistados; estudantes e eclesiásticos; caixeiros de casas estrangeiras, três caixeiros de casas nacionais de grosso trato, dois de casas de segunda ordem, e um das pequenas; cegos do olho direito, entre outros, desde que exercessem seus ofícios e tivessem bom comportamento. Essa última determinação dava grande brecha para uma interpretação da autoridade recrutadora, que poderia interpretar essas normas segundo suas conveniências.<sup>5</sup>

Com estas normas, o governo declarava sua intenção de proteger as pessoas que eram vistas como fundamentais ao bom andamento da sociedade e da economia. Mas também declarava às elites locais o compromisso com a manutenção da ordem social, pois servia de recado aos setores mais baixos da sociedade: arrumar um trabalho, servir a um patrão, obedecer às autoridades, seguir os princípios morais vigentes na sociedade; caso contrário, o destino seria o serviço na tropa.

A legislação imperial também estabelecia a possibilidade de substituição de recrutas. A portaria de 28 de junho de 1823 admitia que os milicianos recrutados para a primeira linha pudessem dar por si um substituto, provavelmente regulando práticas informais já existentes. Ainda não existia a possibilidade de comutação do serviço nas armas por dinheiro, regulamentada em 1837.<sup>6</sup> Isso era uma das maneiras pelas quais os recrutas de melhor condição social tinham para escapar de ir servir nas tropas, quando não conseguissem isso no âmbito local, através de alianças com os comandantes locais.

## Os pedidos de isenção do serviço militar

Os pedidos de isenção para o serviço militar eram encaminhados à presidência da província, que era a autoridade máxima em assuntos militares dentro do Rio Grande do Sul, encaminhando-se os suplicantes por si próprios ou através de correspondências. Após o recebimento do pedido, eram inquiridos os comandantes militares locais para checar se as informações passadas que sustentavam o pedido eram verídicas. Nesse jogo de idas e vindas de correspondências, poderia se levar até meses para o julgamento final do pedido.

Durante o período da Guerra Cisplatina, foram encontrados 33 pedidos de isenção do serviço militar. Em quase um terço deles, dez pedidos, há a referência à possibilidade de substituição de praças. Vejamos alguns aspectos desses suplicantes. Começamos pela distribuição geográfica.

**Tabela 1. Distribuição geográfica dos suplicantes**

Município dos suplicantes	Número de suplicantes
Rio Pardo	5
Porto Alegre	4
Rio Grande	1
Total	10

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), fundo requerimentos, maços 34 e 35

Pelo que pode se perceber pela Tabela 1, os pedidos não eram concentrados em apenas uma localidade, mas que havia a possibilidade de suplicantes de diversos lugares da província empreenderem esse pedido de substituição. Metade desses morava no município de Rio Pardo, o que nos dá a impressão de que mesmo uma distância geográfica consideravelmente grande poderia não ser um empecilho para buscar a sua isenção, embora provavelmente aqueles suplicantes que morassem no município de Porto Alegre talvez tivessem mais facilidade pra contestar as arbitrariedades cometidas durante seu recrutamento, indo diretamente ao presidente provincial, e pela maior facilidade de se inquirir os comandantes militares locais do que em outras regiões.

Vejamos, em segundo lugar, as profissões daqueles que seriam substituídos.

**Tabela 2. Profissões daqueles que seriam substituídos**

Profissão	Número de pedidos
Militares	2
Caixeiros	2
Estudantes	2
Administrador de fazenda	1
Lavrador / criador de gado	1
Negociante	1
Não referido	1
Total	10

Fonte: AHRs, Requerimentos, maços 34 e 35.

Podemos ver que, no quesito profissões, geralmente eram profissões que proporcionavam alguma renda e prestígio social. Os militares eram um cabo de esquadra e um furriel, ambos de segunda linha. O negociante, Manoel Ferreira Porto, tinha “atualmente em giro comercial o melhor de vinte contos de réis [...] vivendo alguns anos nesta praça e a do Rio de Janeiro, margeando grande negócio a seu cargo a família e casa de seu cunhado”.<sup>7</sup> Já o administrador de fazenda, João Antonio Jardim, tinha sob seu controle mais de 40 escravos. Ambos os estudantes são filhos de membros do exército, que tinham renda e prestígio.

Acredito que o lavrador/criador de gado também tivesse uma renda consideravelmente boa para permitir a sua substituição da tropa, pois dentre os 9 pedidos de isenção de lavradores e criadores de gado, este foi o único em que a possibilidade de substituição foi aventada.<sup>8</sup>

Os pedidos desses suplicantes eram bem embasados nas Instruções de 1822, já comentados anteriormente. Vejamos esse aspecto:

**Tabela 3. Motivos que os suplicantes alegavam.**

Motivos alegados	Número de pedidos
Moléstias	7
Idade abaixo da exigida para o serviço	2
Único caixeiro	2
Estudante	2
Capataz de fazenda com mais de 6 escravos	1
Negócios	1
Lavrador	1
Total	16
Suplicantes que alegam mais de um motivo	5

Fonte: AHRS, Requerimentos, maços 34 e 35

Podemos ver que, se compararmos os motivos alegados com aquilo que as Instruções dizem sobre quem deveria ser isento, boa parte desses suplicantes poderia ser isento do serviço sem dar em compensação um substituto. Estudantes, quem tinha menos de 18 anos, capatazes que controlavam mais de seis escravos, caixeiros eram todos dispensados. Mesmo quando não eram motivos que levavam a uma saída automática das tropas, havia motivos que supostamente seriam justos: o exército não se interessaria por recrutas doentes que só atrapalhariam o andamento das tropas; quem trabalhava com negócios tinha um bom argumento: o de que o recrutamento prejudicava os negócios; esse fato acabava afetando as receitas públicas, que traria, por conseqüência, menos recursos para serem utilizados nos conflitos.

Para essas pessoas, oferecer um substituto, mesmo que não precisassem desse recurso, era uma forma a mais de dar legitimidade a seu pedido, sendo “de proveito para o serviço Nacional e Imperial”, “com vantagem que desta troca resulta ao mesmo serviço”.

Acredito, pelos motivos alegados, que esses suplicantes faziam esses pedidos com base em direitos que achavam que tinham, que lhes haviam sido passados por experiência própria, de família ou de conhecidos que já participaram nas tropas ou que resistiram ao recrutamento, por via das fugas para os matos, deserções ou pela mesma via institucional que agora estavam empregando. Quem era militar e fazia a súplica em nome de outra pessoa tinha ainda mais conhecimento sobre como escapar, como o pedido de Joaquim Pedro Salgado, em nome do seu filho, o estudante Antonio de Salles Salgado, nos mostra:

acontece que há pouco mais de vinte dias foi o dito menor alistado arbitrariamente [...] sem atenção alguma ao que dispõe as Leis do Recrutamento, primeiro por que sendo o filho do suplicante de idade de 15 anos, se acha fora da compreensão das Instruções de 10 de junho de 1822, em que está declarada mui positivamente a idade de 18 anos para os assentamentos de praça; segundo, porque nas Instruções ficam excluídos do serviço de 1ª linha os estudantes que mostram freqüência e aproveitamento, quesitos que se verificam a respeito do filho do suplicante, como mostra pelos documentos juntos [...] haja por bem ordenar que o filho do suplicante tenha baixa no corpo para que foi alistado em consternação das leis que estabelecem o sistema de recrutamento das tropas de 1ª linha.<sup>9</sup>

Essa noção das práticas que regiam o recrutamento era fundamental na hora de recorrer à autoridade máxima para pedir a isenção que não havia sido conseguida no âmbito local. Em praticamente todos os pedidos há alguma referência ou à situação militar de quem fez o pedido, ou algum conhecido deste, ou a alguma experiência de recrutamento já passada

pela pessoa pela qual se intercedia, da qual já tinham sido dispensados. Isso nos ajuda a entender por que grande parte dos pedidos tinha embasamento nas Instruções, o que garantiria, pelo menos na teoria, a exclusão do serviço militar.

E quem eram as pessoas que iriam substituir esses que não podiam ou queriam servir? Dos dez pedidos analisados, seis referiam-se a pardos que seriam libertados ou foram libertados para substituição de praça nas tropas. Outros dois também se referiam a pardos, mas não especificavam se eram escravos ou não. Já outros dois não fazem menção à cor da pele daquele que iria substituir. Dos cinco pardos escravos, três foram mencionados nos documentos como campeiros; um deles, Bonifácio, escravo de Josefa Henriqueta da Silva, até domador era.

escravo pardo denominado Bonifácio, de idade de 25 anos, pouco mais ou menos, o qual é robusto e próprio para a guerra, também por motivo de ser campeiro e até domador, e de boa índole, para assentar praça em lugar do dito caixeiro, que como doente e nem saber andar a cavalo, de certo é incapaz de fazer tão bons serviços, como os que pode prestar na campanha o referido pardo.<sup>10</sup>

Pelo período que é o marco temporal da guerra, pode-se perceber que a alternativa de enviar um pardo escravo em lugar de outro praça era facilitada pela estrutura do tráfico negreiro na província. O fluxo de entrada de escravos na região era contínuo, e possibilitaria uma reposição acessível da mão-de-obra que seria libertada para salvar alguém. O período entre 1809 e 1824, segundo Gabriel Berute, foi uma conjuntura de aumento do tráfico, com maior número de remessa de escravos e também no volume do comércio, que mais que dobrou se compararmos ao período entre 1788 e 1802.<sup>11</sup> Com uma reposição mais fácil de mão-de-obra, a opção de enviar um pardo escravo para substituir alguém no campo de batalha se tornava mais viável para pessoas que tinham condições para tal.

Em cinco pedidos há a referência da idade. Três deles eram de escravos: um de dezoito, outro de vinte e dois, e outro de vinte e cinco anos. Em outros dois pedidos há a idade dos substitutos que não seriam escravos: um tinha vinte e dois, e outro vinte e cinco. É difícil de fazer generalizações com os dados que temos. Apesar disso, para o período entre 1788 e 1802, segundo Berute, nos quais há dados mais confiáveis sobre tráfico negreiro para o Rio Grande do Sul, é alta a participação de escravos com até 14 anos no “comércio de almas”, o que diferenciava a região do Rio de Janeiro e da Bahia, regiões que preferiam escravos já adultos.<sup>12</sup> Se esse padrão se confirma para o período da Guerra Cisplatina, esses escravos já teriam retornado seu investimento para que se pudesse libertá-los sem maiores sobressaltos.

Na conjuntura das guerras de independência da América Latina, escravos foram amplamente mobilizados nas tropas. Era um momento privilegiado para a conquista da liberdade e a articulação de projetos de ascensão social e de melhorias de condições de vida para pardos e pretos. A divisão das elites e a necessidade dessas de contar com uma força militar importante que era representada por esses grupos sociais, embora receassem a fuga desses cativos, propiciou algumas condições para se negociar melhores condições de vida e até a liberdade.

Há a referência da participação desses grupos nas guerras entre as potências ibéricas desde a invasão da vila de Rio Grande pelos espanhóis. Mas é na conjuntura revolucionária no Prata que a participação desses segmentos se acentuou. Um dos exemplos que podem ser citados é o das guerras na região da Banda Oriental. O líder José Artigas, na década de 1810, tinha entre os seus privilegiados os pardos e negros, principalmente na questão da redistribuição das terras confiscadas. Com isso, conseguia atraí-los para seu projeto político e mobilizava-os para o Exército dos Povos Livres, que lutava contra as pretensões centralizadoras da Junta Revolucionária de Buenos Aires. As guerras acabaram abrindo brechas para a conquista da liberdade por parte dos escravos no Rio Grande do Sul: além da questão da substituição, que poderia resultar na liberdade, poder-se-ia tentar empreender fugas



para a Banda Oriental.<sup>13</sup> Alguns desses poderiam se abrigar sob a farda do exército, que era um canal de demonstrar a sua liberdade, pois apenas quem era livre poderia servir.

Já para os pardos que provavelmente não eram escravos a substituição também poderia servir como uma maneira de ascensão social, participando de saques das tropas inimigas e arreios de gado, ou até conseguir algum pedaço de terra. Muitos negros e pardos, com a experiência do serviço militar, segundo Aladrén, tornavam-se líderes, ascendiam socialmente e se tornavam cidadãos, participando de rituais de inserção social.<sup>14</sup> Essa participação era mais forte nas companhias milicianas, que tinham uma divisão calcada em termos de cor. No caso do Rio Grande havia duas companhias de libertos, uma de pardos e outra de pretos, nas quais algumas pessoas poderiam alcançar ascensão social, inclusive com alguns membros alcançando posições de oficial.<sup>15</sup>

Não sabemos, através da fonte estudada, quais eram as relações entre senhores e escravos. Podemos ter uma noção através do pedido do tenente João Baptista Meirelles, intercedendo pelo seu filho João Antonio Jardim

e como se tem praticado a graça de admitido pardo liberto em lugar de algum, e o suplicante tem um pardo, que não duvida libertar para entrar no Serviço em lugar de seu filho, o qual pardo tem pouco mais ou menos vinte e dois anos de idade, forte, ágil, monta bem à cavalo, por ser um bom campeiro e sabe atirar com arma de fogo, e sem moléstias, no que até parece melhorar o serviço, e ficando assim preenchida a praça, também percebe o mesmo Serviço utilidade, crescendo o número dos súditos e conservando-se no interior mais um defensor<sup>16</sup>

Se esse pardo era tão bom quanto o suplicante dizia, por que ele foi escolhido para substituir seu filho? Será que ele não era indisciplinado, mesmo sendo bem qualificado, e por isso seu senhor queria se livrar dele, aproveitando a ocasião da guerra, como aconteceu freqüentemente na Guerra do Paraguai?<sup>17</sup> Ou será que ele era tão próximo ao seu senhor que aproveitou a ocasião do recrutamento do filho do sargento-mor para negociar a liberdade? Por que ele, e não outro escravo? Questões como essas, infelizmente, não são respondidas pela fonte. Aqui, podemos ficar unicamente no terreno da imaginação, sem podermos ir muito longe.

Somente foram encontrados seis pedidos de substituição de praças por escravos. Talvez esse número seja subestimado, pois muitos acordos poderiam ser feitos ao nível local, sem chegar ao conhecimento da presidência da província, e conseqüentemente sem uma documentação que tenha chegado aos historiadores da atualidade. Na Guerra do Paraguai, dos 305 substitutos, aproximadamente 30%, em número de 96, eram escravos. Deve-se salientar, porém, que o dado dos substitutos escravos foi obtido com uma fonte diferente da que utilizamos: as cartas de alforria durante o período da guerra.<sup>18</sup> Este percentual é maior para a Guerra Cisplatina, pois dos dez pedidos, seis ofereciam escravos como substitutos, ou seja, 60%, embora não saibamos se tenham sido deferidos ou não. Podemos supor que esses pedidos seriam aceitos, pois nessas proposições havia documentos anexos em que se provava a verdade do que se dizia, inclusive com declarações dos comandantes militares locais. Ou seja, a presidência da província não teria por que negar o pedido.

Oferecer um substituto, de preferência escravo, era uma possibilidade que grupos sociais com mais recursos tinham para escapar ao recrutamento para as tropas, e que legitimava ainda mais os seus pedidos. Sabendo das brechas que a legislação abria para deixarem de servir, mobilizavam os seus recursos para evitar uma interrupção nos seus projetos de vida e nos de suas famílias. O serviço militar, além de ser uma brusca parada nos projetos de vida desses suplicantes, era muito mal visto pela sociedade da época, que o via como local de correção, de disciplina, para aqueles que não estavam enquadrados nas normas sociais vigentes. Buscar escapar dele, para esses grupos, era garantir a manutenção de sua imagem na sociedade. Por outro lado, escravos e pardos livres podiam utilizar esses mecanismos de substituição para ascender socialmente e conseguir a liberdade.

## Referências bibliográficas

ALADRÉN, Gabriel. *Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828)*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.22, n.44, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Liberdades negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2008. (dissertação de mestrado).

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2006. (dissertação de mestrado).

IZECKSOHN, Vitor. *Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

KRAAY, Hendrik. *Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra de independência na Bahia*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.22, n. 43, 2002.

\_\_\_\_\_. *Repensando o recrutamento no Brasil imperial*. Diálogos, Maringá, v.3, n.3, 1999.

LUFT, Marcos Vinícios. “*É verdade tudo quanto alega o suplicante*”: os pedidos de isenção ao serviço militar durante a Guerra Cisplatina (1825-1828). In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias (orgs.). *Homens e armas: recrutamento no Brasil no século XIX*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2011 [no prelo]

MENDES, Fábio Faria. *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Voluntários negros da Pátria: o recrutamento de escravos e libertos na Guerra do Paraguai*. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Cadernos de Estudos da UFRGS, Porto Alegre, n.6, 1992.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e Guarda Nacional no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato eletrônico: marcos\_luft@hotmail.com

<sup>2</sup> KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra de independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n. 43, 2002, p. 109-126.

- <sup>3</sup> KRAAY apud ALADRÉN, Gabriel. Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.22, n.44, jul./dez. 2009, p.450.
- <sup>4</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Voluntários negros da Pátria: o recrutamento de escravos e libertos na Guerra do Paraguai. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010.
- <sup>5</sup> KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento no Brasil imperial. *Diálogos*, Universidade Estadual de Maringá, v.3, n.3, 1999, p.14.
- <sup>6</sup> MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 127.
- <sup>7</sup> Requerimento de Manoel Ferreira Porto, AHRS, Requerimentos, 1826, maço 35.
- <sup>8</sup> LUFT, Marcos Vinícios. “É verdade tudo quanto alega o suplicante”: os pedidos de isenção ao serviço militar durante a Guerra Cisplatina (1825-1828). In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias (orgs.). *Homens e armas: recrutamento no Brasil no século XIX*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2011 [no prelo]
- <sup>9</sup> Requerimento de Joaquim Pedro Salgado, AHRS, Requerimentos, 1826, maço 35.
- <sup>10</sup> Requerimento de Josefa Henriqueta da Silva, AHRS, Requerimentos, 1827, maço 35.
- <sup>11</sup> BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2006. (dissertação de mestrado), p.127.
- <sup>12</sup> *Idem*, p.59-60.
- <sup>13</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A resistência escrava no Rio Grande do Sul. *Cadernos de Estudos da UFRGS*, Porto Alegre, n.6, 1992.
- <sup>14</sup> ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2008. (dissertação de mestrado), p.167.
- <sup>15</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e Guarda Nacional no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005, p.37-39.
- <sup>16</sup> Requerimento de João Baptista Meirelles, AHRS, Requerimentos, 1826, maço 35.
- <sup>17</sup> IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- <sup>18</sup> O número de substitutos é fornecido por IZECKSOHN, *op. cit.*, p. 197; já o número de escravos que foram como substitutos é de MOREIRA, *op. cit.*, p.184.